

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: 157

Data: 11 de agosto de 1987

Pg.: _____

Religiosos negam envolvimento em articulação antinacional

São Paulo — As três principais entidades ligadas à questão indígena em São Paulo consideraram "absurdas" as denúncias divulgadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a existência de uma articulação internacional com o objetivo de limitar o controle do estado brasileiro sobre áreas indígenas, introduzindo o conceito de "soberania restrita" na Amazônia. Segundo a denúncia, o movimento — ao qual estariam integrados o Conselho Mundial de Igrejas e o Conselho Indigenista Missionário — pretenderia manter inexploradas as riquezas minerais nessas áreas, assegurando a po-

sição oligopolista no mercado internacional por parte de grupos não interessados em investir no Brasil.

Representantes da Associação Brasileira de Antropologia, da União das Nações Indígenas e da Comissão Pró-Índio, interpretaram a divulgação de tais denúncias como uma tentativa de pressionar os constituintes e fazê-los adotar posições mais conservadoras com relação à questão indígena. Trata-se de uma manobra sôrdida, que visa assegurar os interesses das mineradoras no anteprojeto da nova Constituição — diz Ailton Krenak, represen-

tante da União das Nações Indígenas (UNI) em São Paulo. Ele, e a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, presidente da Associação Brasileira de Antropologia, asseguram que conceito de soberania restrita não foi sequer cogitado pelas entidades ligadas à questão indígena. Existe apenas uma preocupação com a presença de mineradoras em terras indígenas e um movimento, apoiado por várias entidades, que pretendem que a nova Constituição permita atividade de pesquisa e a lavra mineral nessas áreas apenas em casos excepcionais.

CNBB garante que denúncia é falsa

Em nota oficial divulgada ontem, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou seu "repúdio" diante da matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, onde afirma que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) estaria propondo à Assembléia Nacional Constituinte o conceito de soberania restrita do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas, engajado em suposto projeto de conspiração internacional.

No documento, a CNBB afirma que "a matéria revela leitura tendenciosa das atividades da Igreja e se baseia em informações absolutamente falsas", visando "claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos dos índios".

A nota informa que o CIMI nunca postulou o "estabelecimento da soberania restrita para as nações indígenas", ressaltando que o órgão não é vinculado ao Conselho Mundial das Igrejas, "não possui nenhum

arquivo secreto" e que desconhece o documento identificado como "Diretriz Brasil n° 04 Ano 0".

De acordo com a nota oficial, "a proposta do CIMI à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um estado pluriétnico", garantindo aos índios a demarcação de suas terras e o usufruto das riquezas nelas existentes, "o que certamente não agrada às empresas de mineração e aos interesses do capital internacional", afirma o documento.